



O que está sendo feito?

1. Acordo define estratégias emergenciais para a falta de medicamentos do kit intubação



O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 realizou nesta quarta-feira (17) reunião que resultou em acordo para solucionar a situação emergencial de desabastecimento dos sedativos e relaxantes musculares que fazem parte do kit intubação. Há notícia de que um ou mais medicamentos do kit estão em falta ou perto do limite em pelo menos seis estados brasileiros,

segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). As substâncias são utilizadas nos pacientes com covid-19 que precisam de intubação. No encontro de hoje, foi fechado acordo com estratégias para garantir o abastecimento emergencial pelo menos dos estados que estão em situação crítica.

A reunião contou com representantes do Giac, do Ministério da Saúde, Anvisa, Sindicato das Indústrias Farmacêuticas, Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). Foi combinado que o estoque dos medicamentos nos estados será mapeado e, em seguida, autorizada a sub-rogação dos contratos vigentes, permitindo a transferência de remédios de um estado para outro, de modo a atender os locais que estejam em situação emergencial. A coordenação do trabalho será feita pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde.

[Leia mais.](#)



2. Denasus apresenta calendário de auditorias para mapear leitos habilitados de UTI

Depois de interlocução conduzida pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac-Covid-19), o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), vinculado ao Ministério da Saúde, apresentou o cronograma para imediatas inspeções em diversos estados. O objetivo é visitar as unidades de saúde e verificar se os leitos de UTI habilitados pelo Ministério da Saúde estão de fato abertos e atendendo aos pacientes, além de verificar fluxos e procedimentos dos hospitais.

As auditorias foram solicitadas pelo MPF, em razão de denúncias relativas aos leitos e à falta de informações confiáveis sobre taxa de ocupação, entre outras. Num primeiro momento, o Denasus informou que não teria como realizar a tarefa, por estar com 85% da sua força de trabalho impactada e ter servidores que se enquadram no grupo de risco da covid-19. Mas, em reunião realizada entre a direção do Departamento e coordenadores do Giac, foi negociado cronograma que viabilizasse a inclusão dos pontos mais relevantes. Também ficou combinado que, nos pedidos futuros, o Denasus vai priorizar os estados e locais indicados pelo MPF, considerando a necessidade de se estabelecer cronograma prévio de execução. Outros esclarecimentos poderão ser solicitados à Coordenação Finalística do Giac.

3. Ministério da Saúde envia resposta completa sobre nota informativa que orienta tratamento precoce da covid-19

O Ministério da Saúde enviou ao Giac nesta quarta-feira (17) ofício complementar em que responde a todos os 12 questionamentos formulados pelo Gabinete Integrado sobre o uso precoce de cloroquina no tratamento da covid-19, recomendado em nota informativa. O Ministério havia respondido ao Gabinete Integrado em reunião, e também por escrito, esclarecendo dois pontos. Agora, a resposta está completa e traz informações sobre todos os questionamentos. Com as informações, o procedimento será encaminhado à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para deliberação do colegiado. [Leia a íntegra da resposta aqui.](#)



4. Liminar anula demissão em massa de 112 empregados da Fogo de Chão

Uma liminar concedida pela Justiça do Trabalho ao Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT/RJ) anulou a demissão de 112 empregados em duas unidades da Churrascaria Fogo de Chão localizadas na cidade. A decisão determina que os contratos extintos a partir de 20 de março deverão ser restabelecidos, e proíbe que a empresa promova dispensa de mais dez empregados, sem prévia negociação coletiva. O MPT/RJ ingressou com ação civil pública após constatar que a churrascaria realizou demissão em massa sem justa causa, sem pagamento de verbas rescisórias, ou apenas com o pagamento de parte delas para alguns empregados. Também não houve negociação com o sindicato da categoria de trabalhadores, o que é irregular, devido à quantidade de funcionários dispensados. [Leia mais.](#)

5. MPT divulga balanço atualizado da atuação das 24 regionais no enfrentamento do coronavírus

O Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou nesta quarta-feira (17) mais uma atualização dos resultados das medidas adotadas nas 24 unidades regionais durante a pandemia do novo coronavírus. As Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) atuam em parceria com outras instituições como integrante de gabinetes de crise interinstitucional. Também promovem a articulação com entidades ligadas a setores como o portuário e o petrolífero, para evitar a demissão em massa de trabalhadores, além de trabalhar em conjunto com autoridades sanitárias, para acompanhar a fiscalização de medidas de saúde e segurança do trabalho. [Leia mais.](#)

6. MP/CE fiscaliza o cumprimento das regras de reabertura dos shoppings em Fortaleza

Para verificar se os shoppings de Fortaleza estão respeitando as determinações do Decreto Estadual 33.617 para a reabertura, o Ministério Público do Ceará (MP/CE), por meio do Programa Estadual de Proteção e



BOLETIM

Defesa do Consumidor (Decon), fiscalizou, entre 9 e 12 de junho, cinco shoppings na capital cearense. No momento da fiscalização, todos os estabelecimentos comprovaram o cumprimento das determinações do decreto. Foram verificados itens como controle da quantidade de pessoas que entraram nos empreendimentos, já que o decreto limita o número de pessoas em até, no máximo, 30% da capacidade do shopping; monitoramento da temperatura dos clientes ao entrar; disponibilização de álcool em gel; informações sobre a obrigatoriedade do uso de máscara, entre outros. [Leia mais.](#)